

Termo	Sigla/acrónimo	Explicação
Absorção		Medida, frequentemente expressa em percentagem, em que os fundos da UE atribuídos aos Estados-Membros foram gastos em projetos elegíveis.
Acordo de contribuição		Acordo celebrado entre a Comissão e uma organização que executa ações no âmbito da gestão indireta e que demonstrou capacidade para gerir fundos ao mesmo nível que a Comissão.
Acordo de parceria		Acordo entre a Comissão e um Estado-Membro ou país terceiro no âmbito de um programa de despesas da UE que define, por exemplo, os planos estratégicos, as prioridades de investimento ou os termos de troca ou da prestação de ajuda ao desenvolvimento.
Ajuda direta/pagamento direto		Pagamento de apoio agrícola, tal como ajudas "superfície", realizado diretamente aos agricultores.
Amostragem estatística		Método de amostragem baseado em estatísticas utilizado nos testes de auditoria a fim de permitir resultados representativos.
Amostragem estatística representativa		Aplicação de técnicas estatísticas para criar uma amostra que reflete as características da população a partir da qual é constituída.
Amostragem por apreciação subjetiva		Procedimento através do qual, ao contrário da amostragem estatística, o auditor exerce o seu poder de apreciação na seleção de elementos de uma população para realizar testes de auditoria a fim de cumprir com critérios pré-determinados.
Amostragem por unidades monetárias	MUS	Método de amostragem estatística em que a probabilidade de uma determinada operação ser selecionada é proporcional à sua dimensão.
Anualidade		Princípio orçamental segundo o qual as dotações inscritas no orçamento têm de ser cobradas e utilizadas durante o exercício ao qual o orçamento se refere.
Anulação de autorização		Cancelamento pela Comissão de toda ou parte de uma autorização não utilizada.
Aplicação geoespacial de ajuda		Ferramenta <i>online</i> para a apresentação de pedidos de ajuda "superfície" de apoio à agricultura.
Apoio associado		Pagamentos da UE aos agricultores pela produção de um produto específico.
Apoio dissociado [ao rendimento]		Pagamentos da UE aos agricultores que não estão ligados à produção de um produto específico.
Apoio orçamental		Transferência direta de ajuda da UE para o tesouro público de um país parceiro mediante determinadas condições.
Apuramento da conformidade		Processo pelo qual a Comissão verifica se um Estado-Membro utilizou de forma correta os fundos agrícolas à sua disposição e se executou eficazmente os seus sistemas de gestão e controlo. Em caso de infração, o procedimento pode resultar na obrigação de o Estado-Membro realizar um reembolso.
Apuramento das contas		Processo anual pelo qual, após verificações, a Comissão aceita os montantes dos pedidos de pagamento realizados pelos organismos e parceiros de execução.
Autoridade de auditoria	AA	Entidade nacional independente responsável pela auditoria dos sistemas e das operações de um programa de despesas da UE.
Autoridade de certificação		Organismo designado por um Estado-Membro para certificar a exatidão e conformidade das declarações de despesas e dos pedidos de pagamento.
Autoridade de gestão	AG	Entidade nacional, regional ou local (pública ou privada) designada pelo Estado-Membro para gerir um programa financiado pela UE.
Autoridade orçamental		Termo utilizado para fazer referência ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia no exercício dos seus poderes de decisão em matérias orçamentais da UE.
Autoridades do programa		Termo coletivo para designar as autoridades de gestão, de certificação e de auditoria no caso das despesas da coesão.
Autorização		Montante reservado no orçamento para financiar uma despesa específica, por exemplo um contrato ou convenção de subvenção. Uma autorização tem de ter subjacente uma dotação de autorização.
Auxílios estatais		Apoio direto ou indireto do Estado a uma empresa ou organização que a coloca numa situação de vantagem em relação aos seus concorrentes. A UE tem regras que regem os auxílios estatais a fim de evitar distorções do mercado interno. A Comissão é a responsável por supervisionar o cumprimento destas regras.
Auxílios estatais <i>de minimis</i>		Montante de auxílios estatais abaixo do qual não é necessária a aprovação da Comissão.
Avaliação <i>ex post</i>		Avaliação independente da eficácia, eficiência, coerência, pertinência e valor acrescentado da UE quanto a um projeto ou programa concluído.
Beneficiário		Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE.
Boa gestão financeira		Gestão de recursos em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.
Capacidade corretiva		Medida utilizada pela Comissão ao estimar o nível das futuras correções.
Comité de Coordenação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento		Comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento (FEEI).
Compromisso agroambiental e climático		Prática que vai além das exigências ambientais habituais e que os agricultores podem optar por aplicar, recebendo por isso um pagamento a partir do orçamento da UE.
Condicionalidade		Mecanismo pelo qual os pagamentos aos agricultores dependem do cumprimento de requisitos em matéria de ambiente, de segurança dos alimentos, de saúde e bem-estar animal e de gestão dos solos.
Contas consolidadas		Contas agregadas de todas as instituições, agências e organismos da UE, apresentadas num único documento.
Contratação pública		Aquisição de produtos, serviços e obras por organismos de direito público através de procedimentos abertos e concorrenciais tendo em vista a qualidade e uma boa relação custo-benefício.
Convenção de delegação (obsoleto)		Predecessor do acordo de contribuição, substituído pela entrada em vigor do Regulamento Financeiro de 2018.
Correção financeira		Medida que protege o orçamento de despesas irregulares ou fraudulentas, retirando ou recuperando fundos de modo a compensar pagamentos imputáveis a erros em projetos e programas da UE.
Custos indiretos		Despesas, por exemplo despesas gerais ou outros custos administrativos, suportadas por um beneficiário em relação a um projeto ou ação da UE.
Declaração de fiabilidade	DAS	Declaração publicada no relatório anual do Tribunal de Contas Europeu que apresenta a sua opinião de auditoria sobre a fiabilidade das contas da UE e a regularidade das operações a elas subjacentes.
Desempenho		Grau de realização dos objetivos e de otimização dos recursos de uma ação, projeto ou programa financiado pela UE.
Destinatário (final)		Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE ou que em última instância beneficia de uma atividade financiada pela UE.
Direito ao pagamento		Direito transferível que habilita um agricultor ativo a receber apoio da UE quando declarado em conjunto com terras agrícolas elegíveis.
Dotação		O orçamento da UE é constituído por dotações de autorização e de pagamento. Uma dotação de autorização é um compromisso para a concessão de financiamento sob determinadas condições. Uma dotação de pagamento é uma autorização para realizar um pagamento quando estiverem reunidas as condições correspondentes.
Dotação de autorização		Limite máximo anual dos montantes disponíveis no orçamento da UE para financiar despesas específicas.
Dotação de pagamento		Autorização para realizar um pagamento quando estiverem reunidas as condições correspondentes.
Ecologização		Adoção de práticas agrícolas que beneficiam o clima e o ambiente, sendo o termo também utilizado normalmente para designar o regime de apoio da UE correspondente.
Eixo prioritário		No domínio da política de coesão, uma ou mais prioridades de investimento correspondendo a um dos objetivos principais de um programa operacional.
Encerramento		Liquidação financeira de um programa da UE mediante o pagamento do saldo devido ou da recuperação de fundos a um Estado-Membro.
Erro		Resultado de um cálculo incorreto ou de uma irregularidade resultante do incumprimento dos requisitos legais e contratuais.
Erro quantificável		Classificação utilizada pelo Tribunal ao comunicar os resultados dos testes das operações quando é possível determinar o montante da operação afetado pelo erro.
Estratégia Europa 2020		Estratégia de dez anos da União Europeia, lançada em 2010, para estimular o crescimento e criar empregos.
Facilidade de transição		Instrumento que garante a continuidade do financiamento de um regime de financiamento da UE para outro.
Fundo de Coesão	FC	Fundo da UE que visa reduzir as disparidades económicas e sociais na União através do financiamento de investimentos nos Estados-Membros cujo rendimento nacional bruto por habitante é inferior a 90% da média da UE.
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	FEADER	Fundo da UE que financia a contribuição da União para os programas de desenvolvimento rural.
Fundo Europeu Agrícola de Garantia	FEAGA	Fundo da UE que financia pagamentos diretos aos agricultores e medidas de regulamentação ou de apoio aos mercados agrícolas.
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	FEDER	Fundo da UE que reforça a coesão económica e social na União através do financiamento de investimentos que reduzam os desequilíbrios entre as suas regiões.

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	FEAMP	Fundo da UE que ajuda os pescadores na transição para uma atividade piscatória sustentável e as comunidades costeiras na diversificação das suas economias.
Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos	FEIE	Mecanismo de apoio ao investimento lançado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela Comissão para angariar investimento privado para projetos de importância estratégica para a UE. Também conhecido como "Plano Juncker", encontra-se agora integrado no grupo BEI.
Fundo Social Europeu	FSE	Fundo da UE para criar oportunidades de formação e emprego e melhorar a situação das pessoas em risco de pobreza.
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	FEER	Cinco principais fundos da UE que, em conjunto, apoiam o desenvolvimento económico em toda a União: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas. Regem-se por um conjunto de regras comuns.
Geminação		Mecanismo de reforço das capacidades em domínios especializados através do qual um organismo de um país parceiro recebe apoio prestado por um homólogo de um Estado-Membro da UE.
Gestão direta		Gestão de um fundo ou programa da UE apenas pela Comissão, ao contrário da gestão partilhada ou da gestão indireta.
Gestão indireta		Método de execução do orçamento da UE em que a Comissão confia as tarefas em causa a outras entidades, tais como países terceiros ou organizações internacionais.
Gestão partilhada		Método de execução do orçamento da UE em que, por oposição à gestão direta, a Comissão a delega nos Estados-Membros, embora continue a assumir a responsabilidade final.
Gestor orçamental		Pessoa responsável pela execução das receitas e despesas de um organismo da UE.
Grande projeto		Projeto financiado pela UE com um custo total elegível superior a 50 milhões de euros num setor como, por exemplo, os transportes, o ambiente ou a energia.
Impacto		Consequências a longo prazo de um projeto ou programa concluído a nível socioeconómico, ambiental ou financeiro.
Imposto sobre o Valor Acrescentado	IVA	Imposto indireto sobre o consumo aplicado à produção e distribuição de bens e à prestação de serviços e que é em última instância suportado pelo consumidor final.
Indicador de resultados		Variável mensurável que fornece informações que permitem avaliar os efeitos imediatos dos projetos apoiados sobre a população-alvo.
Iniciativa PME		Instrumento financeiro conjunto da Comissão e do Fundo Europeu de Investimento cujo objetivo é facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento.
Instrumento financeiro		Apoio financeiro proveniente do orçamento da UE sob a forma de investimentos em capitais próprios ou em quase-capital, empréstimos, garantias ou outros instrumentos de partilha dos riscos.
Intensidade máxima de ajuda		Montante total do apoio que pode ser concedido a um domínio de financiamento, expresso em percentagem dos custos elegíveis. Varia consoante o programa e depende de fatores como a localização geográfica.
Intermediário financeiro		Entidade que age como elo de ligação entre o gestor de fundos de um instrumento financeiro e os beneficiários finais.
Intervalo de confiança		Medida estatística da precisão dos resultados da amostragem utilizada para estimar uma taxa de erro.
Investimento em capitais próprios		Montante investido em ações de uma sociedade em troca de direitos de propriedade e de uma percentagem dos lucros.
Irregularidade		Incumprimento das regras ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis.
IVA recuperável		Montante de IVA que um sujeito passivo pode deduzir ao IVA devido às autoridades fiscais em virtude de já o ter pago sobre as suas próprias aquisições de bens e serviços.
Legalidade e regularidade/regularidade		Conformidade com as leis ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis.
Limiar de materialidade		Limite acima do qual se considera que as irregularidades identificadas numa população auditada ou num conjunto de demonstrações financeiras têm impacto na exatidão e fiabilidade.
Liquidação		Pagamento do saldo devido ou recuperação de fundos a um Estado-Membro a fim de encerrar um programa da UE.
Mandato de concessão de empréstimos externos		Acordo entre a UE e o Banco Europeu de Investimento mediante o qual esta garante as operações de concessão de empréstimos do BEI realizadas fora da União, a fim de apoiar os objetivos da política externa.
Mecanismo Interligar a Europa	MIE	Instrumento que visa definir prioridades de investimento e proporcionar auxílio financeiro aos setores da energia, transportes e tecnologias da informação e da comunicação para a criação de infraestruturas sustentáveis e interligadas de elevado desempenho.
Medida de mercado		Intervenção pública nos mercados agrícolas para atenuar os efeitos das quedas dos preços e de dificuldades estruturais através de apoio setorial específico (por exemplo, às frutas e produtos hortícolas, ao vinho ou ao leite nas escolas).
Nível de erro estimado		Estimativa estatística do nível de erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra de operações representativa.
Normas internacionais de auditoria (<i>International Standards on Auditing</i>)	ISA	Normas profissionais que definem as atribuições e responsabilidades dos auditores independentes.
Opção de custos simplificada	OCS	Método para determinar o montante de uma subvenção através, por exemplo, de custos unitários normalizados, de financiamento a taxa fixa ou de montantes fixos, em lugar dos custos reais incorridos pelo beneficiário. Foi concebido para reduzir os encargos administrativos.
Operação		Movimento, por exemplo um pagamento ou uma receita, registado nas contas da UE.
Orçamento-programa		Documento redigido por um país parceiro e aprovado pela Comissão Europeia que define o trabalho de cooperação ou de desenvolvimento a executar e os recursos financeiros, humanos e materiais necessários.
Organismo de certificação		No domínio das despesas agrícolas, refere-se a uma entidade pública ou privada designada pelo Estado-Membro para certificar a fiabilidade das contas anuais de um organismo pagador acreditado e a legalidade e regularidade das operações subjacentes.
Organismo pagador		Entidade designada por um Estado-Membro para gerir as despesas agrícolas da UE.
Pagamentos intermédios		Os projetos ou programas da UE implicam frequentemente múltiplos pagamentos: adiantamentos, pagamentos intermédios e pagamentos finais. Os beneficiários requerem pagamentos intermédios ao alcançar uma etapa intermédia indicada no contrato ou convenção de subvenção.
Passivo contingente		Obrigação de pagamento potencial que pode vir a ser suportada consoante os resultados de um acontecimento futuro.
Pequenas e Médias Empresas	PME	Definição referente à dimensão aplicada a empresas e outras organizações com base no número de trabalhadores e em determinados critérios financeiros. As pequenas empresas têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios ou um balanço total não superior a 10 milhões de euros. As médias empresas têm menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios não superior a 50 milhões de euros ou um balanço total não superior a 43 milhões de euros.
Período de programação		Prazo durante o qual um programa de despesas da UE é planeado e executado.
Política Agrícola Comum		Política da UE que inclui subsídios e uma gama de outras medidas concebidas para garantir a segurança alimentar, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores da UE, promover o desenvolvimento rural e proteger o ambiente.
Política Comum das Pescas		Quadro da UE para a gestão do peixe e das pescas, configurado para garantir a sustentabilidade das unidades populacionais e um rendimento estável para a comunidade piscatória.
Prados permanentes		Terras agrícolas consagradas ao cultivo de erva ou outras forrageiras herbáceas por mais de cinco anos consecutivos.
Pré-financiamento		Adiantamento em dinheiro para financiar determinadas atividades num dado período.
Procedimento contraditório		Procedimento que consiste em enviar constatações de auditoria à entidade auditada para debate e observações dentro de determinado prazo.
Procedimento de infração		Procedimento através do qual a Comissão inicia uma ação contra um Estado-Membro que não cumpra as suas obrigações ao abrigo da legislação da UE.
Programa operacional		Quadro de base para a execução de projetos de coesão financiados pela UE durante um determinado período, refletindo as prioridades e objetivos estabelecidos nos acordos de parceria entre a Comissão e os Estados-Membros.
Projeto de orçamento rectificativo	PO	Proposta apresentada pela Comissão para modificar o orçamento da UE no decurso da execução.
Provisão		Termo contabilístico para a melhor estimativa de um provável passivo futuro de tempestividade ou quantia incertas que é registado no balanço.
Quadro comum de acompanhamento e avaliação	QCAA	Regras e procedimentos para avaliar o desempenho da política agrícola comum.
Quadro financeiro plurianual	QFP	Plano de despesas da UE que fixa as prioridades (com base nos objetivos das políticas) e os limites máximos, organizado em seis rubricas diferentes e geralmente para um período de sete anos. Proporciona o quadro dentro do qual são definidos os orçamentos anuais da UE, limitando as despesas de cada categoria. O QFP atual abrange o período de 2014-2020.
Quitação		Decisão anual tomada pelo Parlamento Europeu que dá à Comissão a aprovação final pela forma como executou o orçamento.

Realização		O que é produzido ou alcançado por um projeto financiado pela UE, por exemplo, cursos de formação ministrados, número de estações de tratamento de águas residuais construídas, quilómetros de estradas construídas.
Receitas afetadas		Fundos pagos ao orçamento da UE (por exemplo, multas, correções e contribuições de países terceiros para programas de investigação) que só podem ser utilizados para uma finalidade específica.
Recurso		Meios financeiros, humanos, materiais, administrativos ou regulamentares utilizados para a execução de um projeto ou programa.
Recursos próprios		Fundos utilizados para financiar o orçamento da UE, a grande maioria dos quais provenientes de contribuições dos Estados-Membros.
Recursos próprios tradicionais	RPT	Receitas da UE cobradas a partir dos direitos aduaneiros e das quotas sobre o açúcar.
Regime de pagamento de base	RPB	Regime da UE no domínio agrícola que realiza pagamentos aos agricultores com base na superfície elegível.
Regime de pagamento único por superfície	RPUS	Regime de pagamentos agrícolas por superfície aplicado em dez Estados-Membros a título transitório ao abrigo do qual os agricultores recebem um montante de ajuda normalizado por hectare. Todos os outros Estados-Membros aplicam o regime de pagamento de base.
Regulamento Disposições Comuns	RDC	Regulamento que estabelece as regras que regem os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e que garante a eficácia da sua coordenação.
Regulamento Financeiro		Regras que regem a forma como se estabelece e utiliza o orçamento da UE e os processos associados, tais como o controlo interno, a comunicação de informações, a auditoria e a quitação.
Regulamento Omnibus		Revisão do Regulamento Financeiro, aplicável desde agosto de 2018, que altera e simplifica as regras financeiras da UE e que torna a gestão financeira nos diferentes domínios mais orientada para os resultados.
Regularidade		Grau de conformidade de uma operação para com as regras e regulamentos aplicáveis.
Relatório Anual de Atividades	RAA	Relatório elaborado por cada Direção-Geral da Comissão e cada instituição e organismo da UE que descreve o seu desempenho em relação aos objetivos e de que forma aplicou os seus recursos humanos e financeiros.
Rendimento Nacional Bruto	RNB	Indicador padronizado da riqueza de um país, com base nos rendimentos provenientes de fontes nacionais, tanto internas como no estrangeiro.
Reserva		Insuficiências assinaladas por um diretor-geral na declaração de fiabilidade apresentada no Relatório Anual de Atividades.
Reserva de desempenho		Montante do orçamento atribuído às despesas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento que é retido até ao cumprimento de determinadas metas.
Resultado		Efeito imediato de um projeto ou programa após a sua conclusão, por exemplo o aumento da empregabilidade dos participantes nos cursos ou a melhoria da acessibilidade na sequência da construção de uma nova estrada.
Resultado económico		Resultado do exercício, tal como apresentado nas contas consolidadas da UE, que representa a diferença entre as receitas e as despesas.
Risco residual cumulativo		Despesas que permanecem irregulares no final de um período de programação, depois de tomadas todas as medidas corretivas.
Sistema de identificação das parcelas agrícolas	SIPA	Base de dados das terras agrícolas dos Estados-Membros, utilizada para o pagamento das ajudas diretas no âmbito da Política Agrícola Comum e para os controlos de elegibilidade sobre os pedidos de ajuda dos agricultores.
Sistema Integrado de Gestão e de Controlo	SIGC	Sistema da UE utilizado pelos Estados-Membros para gerir e controlar os pagamentos aos agricultores realizados no âmbito da Política Agrícola Comum.
Subvenção		Pagamento não reembolsável a partir do orçamento da UE realizado a um beneficiário pela execução de um projeto ou programa elegível.
Taxa de desembolso		Porcentagem do total de fundos pagos a partir de um instrumento financeiro aos destinatários finais.
Taxa de erro representativa		Estimativa estatística do erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra de operações representativa constituída a partir dessa população.
Taxa de erro residual/taxa de risco residual /taxa de erro residual total		Proporção de uma população que não é considerada normal após ter em conta o efeito de todos os procedimentos de controlo, recuperações e correções.
Trabalho de certificação		Procedimento em que um auditor apresenta uma conclusão baseada em provas suficientes obtidas através de trabalhos de auditoria, informações financeiras, outros dados ou declarações específicas elaboradas pela entidade auditada.
Trabalho de garantia de fiabilidade		Trabalho em que o Tribunal expressa uma conclusão baseada em provas suficientes sob a forma de informações financeiras ou outros dados que recolhe ou calcula. Por exemplo, o TCE baseia a sua opinião sobre a legalidade e regularidade das despesas da UE nos resultados dos testes efetuados a uma amostra de operações.
Transição (de dotações)		Transferência, sob determinadas condições, de dotações orçamentais não utilizadas de um exercício para o seguinte.